

O mal, o livre querer e o ego em *Confissões* de Santo Agostinho.

Profa. Dra. Suelma de Souza Moraes - UFPB

Resumo

Trata-se de uma tentativa de elucidar o significado da experiência do mal em relação ao livre-querer no pensamento teológico-filosófico de Santo Agostinho nas narrativas em *Confissões*, tomando como ponto de partida a pergunta pela origem do mal e da miséria humana em que associa a concepção do mal à livre determinação da vontade humana. Agostinho, ao perguntar pela origem do mal a partir da criação de um Deus bom, entende que o mal é nada, ele é somente ausência do bem, é a privação do ser em Deus. A questão fundamental é como explicar que a vontade do ser humano tenda para a positividade do mal. O ser humano estaria capacitado à escolha do “livre querer” entre o bem e o mal? Qual o alcance da negatividade inerente à liberdade?

Palavras-chave: Mal, vontade, Deus, ego, liberdade.

Introdução

A relação que se dá entre a alma, o corpo e o espírito é necessária para interpretar o tema do mal em Agostinho. Isto porque o mal no mundo é resultado da liberdade humana, do “livre querer”, ou seja, de suas próprias escolhas, através de suas cognições da percepção do mundo e da alteridade. Na busca pela origem do mal temos a relação entre o conhecimento de si e o conhecimento de Deus, em que mostra no ser humano uma vontade e contra vontade, um ser que está posto em relação consigo mesmo, com o outro e com Deus, no *vir-a-ser*.

O mal e a vontade

A raiz da origem do mal tem como problema fundamental para Agostinho explicar como um ser criado por Deus e semelhante a Ele, poderia ter a vontade de tender para o mal e não para o bem, pois estava convencido de que as ações que praticava contra a sua vontade eram sofridas por ele enquanto vítima. “*Mas quem me criou? Não foi o meu Deus, que não somente é bom, mas é ele a própria bondade? Como explicar que a minha vontade tenda para o mal e não para bem?...*” (VII, 3, 5).

Na busca pela origem do mal temos o desenvolvimento do problema que segue o esforço para compreender-se a si mesmo a partir do conhecimento das naturezas distintas: humana e divina. Mostra no ser humano uma vontade e contra vontade, que é o mesmo que dizer querer e poder não são iguais, e ao mesmo a vontade é marcada pela incompletude. Oposta a esta natureza, mostra na natureza divina, um Deus pleno em que não existe uma vontade maior que o seu poder, pois esta vontade é plena. Poder e

vontade têm a mesma medida e valor em Deus, o que se contrapõe à existência da contra vontade.

Agostinho, ao examinar a causa do mal, viu-se levado pelo desejo de refutar os que negavam que o mal era resultado da escolha livre da vontade, que diziam que, mesmo que assim fosse, deveria-se culpar a Deus, porque ele criou a vontade. Os maniqueus questionavam de maneira lógica, que, uma vez que o mal era inegavelmente um fato, resultava que Deus não poderia ser onipotente e perfeitamente bom, ou ele era perfeitamente bom e incapaz de prevenir ao mal, mas não queria fazê-lo, o que demonstraria que Deus não era perfeitamente bom.

Desta forma, poderia a vontade do homem ser compelida ao mal?

Nada pode deixar uma mente desejosa exceto sua própria escolha livre. O mal não tem uma existência própria, mas é a perversão da vontade, que ao afastar-se do Ser Supremo, torna-se inferior e vazia. A vontade é quem faz o homem querer ou não querer. A vontade é livre. *Pois a vontade é que ordena para que ela mesma seja realmente vontade, e não outra (VIII, 9, 21)*. No entanto, outro fato a considerar é uma vontade não plena, o que significa que ser livre não é necessariamente ser pleno, pois em parte pode querer e parte não querer. A falta de plenitude Agostinho considera como uma enfermidade, porque embora conheça a verdade, a alma não consegue se submeter plenamente por estar abatida pelo peso do pecado. Neste caso, a razão não é suficiente para o livre querer, pois está implícito o peso do hábito, de seu vícios. *Trata-se portanto de duas vontades e nenhuma é completa: o que existe numa, falta na outra (VIII, 9, 21)*. Assim, o que existe não é a ausência da vontade e sim, um ato de vontade em querer e não querer, ou seja, uma vontade e uma contra vontade.

A procura pela origem do mal estabelece reflexões sobre o conhecimento de si e de Deus, em busca pela semelhança com Deus. Agostinho mostra as diferenças entre as duas naturezas divina e humana: imutabilidade e mutável, incorruptível e corruptível, infinitude e finitude. Nesta busca seu olhar se volta para seu interior, mas não somente para o interior, mas para o interior da alma em que encontra a verdade.

A busca pelo conhecimento se mostra como algo ainda a ser revelado, é um 'já' e um 'ainda-não' é algo a vir-a-ser. (...) *compreendi que absolutamente não existem, nem totalmente deixam de existir. Por um lado existem, pois provem de ti; por outro não existem, pois não são aquilo que és (VII, 11, 17)*. A compreensão do mal passa pela compreensão de si. Não basta apenas existir, mas há que ser em Deus. *A priori* toda existência é boa por existir da ação de Deus, mas para que realmente exista é necessário permanecer no Criador, e permanecer exige um retorno ao interior da alma, a busca da luz da existência do vir-a-ser. Pois o mal é tudo aquilo que leva a não existência. Neste sentido, o não existir é o mal, é o afastar-se de Deus é privar-se do Bem.

O ponto de partida é a gênese de si mesmo, é a narratividade da constituição de si mesmo. O livro VII encerra com a miséria humana de uma alma abatida, de um coração contrito e humilhado, que se contrapõe aos livros platônicos, à soberba da razão que é insuficiente para o domínio da vontade, que embora sejam semelhantes na busca pela verdade e luz interior não apresentam o caminho para alcançar a verdade, que o leva não somente a contemplar, mas à ação que aponta para o caminho de retorno a Deus. Pois, a razão sem a fé é soberba e é insuficiente para ter o domínio da vontade. O livro VIII

caminha em direção à conversão, o retorno à vontade de Deus, e encontra como dificuldade duas vontades contrárias e considera a si mesmo como o problema, o livre arbítrio, do querer e não querer entre os prazeres do pecado e, a vontade como virtude, que exige no agir humano uma nova direção. *Realizava-se essa disputa no íntimo do meu espírito; tratava-se de mim contra mim mesmo (VIII, 11, 27).*

No livro IX o ser procura pela inerência a Deus e como inerência a Deus, a renúncia a si mesmo, como esquecimento de si.

Os três livros apresentam a polaridade do conhecimento de si, que de um lado temos como conhecimento de si: o livre querer, a contra-vontade que o leva ao afastamento de Deus e conseqüentemente, a não existência, em que gera um esquecimento de si, de sua origem e do potencial do Bem e a dissipação de si, leva-o ao nada. Por outro, o esquecimento de si o leva à vontade de renúncia de ‘si-próprio’, ou seja, dos hábitos e excessos que o esvaziam e o levam ao nada. Em virtude disso, a renúncia o faz com que deseje transcender a si mesmo e o direciona a Deus (IX, 10). O esquecimento de si o faz retornar ao seu interior, para encontrar o Bem.

O ‘ego’ e o livre-querer

O livro X apresenta uma análise e síntese de como o *ego* se constitui com o livre-querer ao desejar querer conhecer a Deus e a si mesmo, em que apresenta o *cogito* humilhado e ferido pela culpa, de seus próprios males. Ao constatar sua própria condição humana, percebe que a vontade não se submete por vezes à razão.

O que se apresenta como problema e solução é a memória que se coloca no processo de tentativa de compreender-se a si mesmo na busca por Deus. O *cogito* humilhado não é um *cogito* determinado pronto, mas um *cogito* a vir-a-ser, que experimenta e se relaciona com o mundo e consigo mesmo. Desta maneira, Agostinho apresenta uma dupla visão do si, que é dada no *cogito* e no encontro da vida.

A partir da oração no início do livro X, o querer conhecer a Deus como é conhecido, podemos observar duas intenções: a primeira, ao afirmar querer conhecer, como ele é conhecido, a presciência de Deus, a partir de si mesmo; e a segunda conhecer a si mesmo por meio do espírito do homem, a fim de que consulte a verdade interior. O livre-arbítrio, apresenta um movimento da boa vontade¹ em direção a si, à luz interior, que começa com a retomada da consciência de si em diálogo com Deus, e propõe uma análise da condição e miséria humana, a princípio caminha para o não – *ego*, em que o si representado pela narrativa é confrontado com a hipótese de seu próprio nada, antes, esta hipótese o lança à ação, a reconstituir o *ego* com a capacidade de ação pela própria consciência da fraqueza (X, 3, 4). A ação, pede à disposição de submissão ao mestre com obediência a atos e palavras (X, 4, 6); e finaliza com a ação de disposição do “Eis-me” que se apresenta como *ego* confiante e capaz de experimentar um encontro consigo mesmo, com o outro e com Deus. Desta maneira, a resposta negativa à pergunta ‘quem sou eu’, perde a sua pertinência e apresenta a dialética da oposição entre “Quem sou eu”

¹ AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.p.56-63.

e “Eis-me aqui”; que no esvaziamento do *ego*, retoma o querer para ação, e se converte num movimento em direção ao Bem, isto é, a boa vontade que tem como inerência a virtude². Em virtude disso, o querer e possuir serão um só e mesmo ato. Deste modo, é na correlação do conhecimento de si e de Deus que temos a apropriação do que vem a ser conhecer-se a si mesmo.

Agostinho introduz a virtude como a condição de semelhança e diferença em relação a Deus. A virtude exige a prática da verdade no íntimo do coração como uma ação para alcançar a luz. Entre a existência e o ser, Agostinho apresenta as *Confissões* no plano da ação um “agir com esperança” *leva, quem a lê e ouve, a não se entregar ao desespero dizendo: não posso (X, 3, 4)* pois, a contingência humana não pode ser o fator absoluto para impedir o resultado da ação, do bem. Para Agostinho como essa existência é um já (existir) e ainda não (existir) permanece a vontade do *vir-a-ser*.

Para tanto coloca a si mesmo como a intriga da questão, *a esses mostrarei quem sou (X, 4, 5)*. Agostinho ao colocar a si mesmo como a posição do problema, demonstra que a falta de domínio da vontade, o querer e não querer está no centro da questão. Pois é um ser que em seu livre querer oscila entre a vontade e a contra-vontade.

A correlação entre ação e personagem da narrativa se constitui na dialética interna ao personagem, deste modo, o conhecimento de si não é uma substância, mas é antes de tudo uma constituição dinâmica, a partir de suas experiências vividas. A questão se apresenta quando Agostinho chama a atenção para o espírito que reside no homem, que está dentro do homem, como sendo este espírito o conhecedor do interior do homem³ *Quem, dentre os homens, conhece o que é do homem, se não o espírito do homem que nele está?* A tensão do texto é assinalada quando mostra a ambigüidade de conhecimento, o desconhecimento de si, algo que o espírito ignora, mas conhece em Deus,⁴ “ (...) *Existe, porém, algo no homem que nem sequer seu espírito conhece,*⁵ (...) *sei de ti algo que não sei de mim, (...) estou mais presente a mim que a ti. É certo que agora vemos em espelho e de maneira confusa, e ainda não vemos face a face*”. Por isso, *enquanto peregrino longe de ti, estou mais presente a mim que a ti. Sei que és absolutamente inviolável, mas ignoro a que tentações posso ou não resistir (X, 5, 7)*.

Existe algo no homem, mas o próprio espírito desconhece; o si-próprio constitui-se na relação com a alteridade. Instaure-se o conhecimento correlato na contradição dialética entre o eu que é e o eu que se coloca como estranho, diferente. A totalidade temporal é ameaçada pela ruptura da discordância do próprio espírito.

Memória e o esquecimento

Através da memória se instaura o reconhecimento do problema, a memória lembra do esquecimento, pois a memória guarda os sentimentos da alma e do corpo e

² Idem.

³ Memória também é espírito é o estomago da alma; X, 14, 21.

⁴ Esta observação já foi marcada por Heidegger em seu estudo sobre a mística medieval, quando apresenta Agostinho como um próprio problema para si, p.30-31.

⁵ *Tamen est aliquid hominis quod nec ipse scit spiritus hominis (...) Conf. X, 5, 7.*

traz as perturbações do espírito, o desejo, a alegria, o medo e a tristeza e lhe dá as definições das imagens e recordações dos encontros e desencontros (X, 14, 15, 16).

Senhor eu me atormento com este problema, um problema que está dentro de mim; para mim mesmo tornei-me terreno difícil e cansativa lavra....sou que me lembro; de mim é que me lembro; de mim, que sou espírito ..(X, 16,25....Mas isto é o espírito, isto sou eu próprio. Que sou eu, então, ó meu Deus? (X, 17, 26)...Ultrapassarei a memória para poder encontrar-te...Encontrar-te onde?Se te encontro fora da minha memória, é porque me esqueci de ti. E como poderei encontrar-te, se não me lembro de ti?(X, 18, 27).

O que se coloca a seguir é que não se pode procurar o que está completamente esquecido. Na relação entre o conhecimento de si e o conhecimento de Deus, o esquecimento mostra duas vertentes. A primeira, é que o esquecimento é o nada, o nada é o mal, isto porque como já foi anteriormente dito no livro VII, o mal não existe. Logo, aquilo que não se esquece e se reconhece é o que existe. Os hábitos, algo de fora de seu interior, é que trazem o esquecimento daquilo que existe, que realmente existe, no seu interior, na origem do ser criado, o bem.

Tarde te amei, ó beleza tão antiga e tão nova! Tarde demais eu te amei!Eis que habitavas dentro de mim e eu te procurava do lado de fora! (X, 27).

Considerações finais

Agostinho deseja conhecer o que reconhece no outro como algo que seja fundamental para a sua constituição e interroga por este “algo”, este “algo” possivelmente deva ser respondido com aquilo que conhece de Deus e desconhece nele próprio. Demonstra a insuficiência da vontade e marca fortemente uma deficiência ontológica de coesão do seu próprio ser. Ignora, desconhece aquilo que pode ou não resistir. Este ‘ego’ que dialoga consigo mesmo é responsável pelos seus atos e que, necessariamente, deve se autoconhecer. Tal questão já foi antes marcada em *Soliloquios* I, 15, quando afirma pela razão que é necessário conhecer a si mesmo para conhecer a Deus, entretanto, tal conhecimento não se dá imediatamente, mas mediado pela reflexão.

É, pois, a reflexão que se sobrepõe à imediatidade do *ego*. Não basta dizer eu penso, logo existo. Antes, é necessário que se auto-examine para se reconhecer um eu na experiência e na relação com o outro. O eu se põe como leitor de si para, na síntese, se tornar consciente de si, ou seja, da consciência da própria fraqueza e força da vontade.

Deste modo, ao contrário do *cogito* instantâneo, não há uma imediatidade entre o *ego* e o outro. Para que esta relação se dê, há outra, como pré-requisito, o eu deve confrontar-se a si mesmo em virtude de sua própria vontade. A miséria humana é temer a própria vontade e tê-la como adversária.

Referências

Santo Agostinho. Confissões. Tradução Maria Luiza Jardim Amarante; revisão cotejada de acordo com o texto latino por Antonio da Silveira Mendonça, São Paulo, Paulus, 1984.

_____ **O livre-arbítrio.** São Paulo, Paulus, 1995.

_____ **Solilóquios.** São Paulo, Edições Paulinas, 1993.